

GUARDA MUNICIPAL

Nome:

Inscrição:



Sobre a verificação do material recebido:

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

Sobre a devolução do material:

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a divulgação das provas e gabaritos:

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme previsto no Edital.

Sobre as proibições no local de prova:

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre outros.
- ✓ É proibido anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

FRAUDAR OU TENTAR FRAUDAR CONCURSOS PÚBLICOS É CRIME!
PREVISTO NO ART. 311-A DO CÓDIGO PENAL

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 5.

Qual é o resíduo plástico mais comum do planeta?

(Texto adaptado com fins didáticos).

O plástico é um material versátil e amplamente utilizado na vida cotidiana. No entanto, o aumento da utilização de produtos plásticos de uso único (aqueles que são usados e descartados em um período muito curto de tempo) tem sérias consequências ambientais, econômicas e sociais. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a dependência desse material levou a uma crise de resíduos que afeta todo o planeta.

Os números do Pnuma alertam que, globalmente, 1 milhão de garrafas plásticas são compradas a cada minuto e até 5 bilhões de sacolas plásticas são usadas por ano. Outro dado alarmante é que 36% de todo o plástico fabricado é destinado à produção de embalagens e, desse total, cerca de 85% acabam descartados em aterros sanitários ou como resíduos não-regulamentados.

Essa situação é ainda mais exacerbada pelo fato de que 98% dos produtos plásticos de uso único são provenientes de combustíveis fósseis, aumentando o impacto sobre a quantidade de emissão de gases de Efeito Estufa.

Embora a produção de embalagens e sacolas seja enorme, elas não são os resíduos mais comuns. Veja, a seguir, qual é o lixo plástico mais encontrado na Terra.

Um dos maiores problemas na luta contra a poluição plástica são as bitucas de cigarro. Esses pequenos produtos, muitas vezes ignorados no meio ambiente, são, na verdade, os resíduos plásticos de uso único mais abundantes no planeta, afirma a agência ambiental internacional.

Isso porque o principal componente dos filtros de cigarro é o acetato de celulose, um microplástico que chegou a quase todos os cantos do mundo devido ao seu uso generalizado, informa um artigo do PNUMA.

A magnitude da presença de bitucas de cigarro no meio ambiente pode ser ilustrada pela estimativa da agência da ONU de que cerca de seis trilhões de cigarros são consumidos por um bilhão de pessoas a cada ano.

Embora pequeno em tamanho, o impacto das bitucas de cigarro é enorme devido à quantidade produzida e descartada diariamente. Um projeto do governo do Reino Unido para limpar bitucas de cigarro, que envolveu mais de 500 voluntários, constatou que, após a limpeza, "as bitucas de cigarro eram os itens plásticos mais numerosos, seguidas por tampas de bebidas e embalagens de alimentos".

As bitucas de cigarro são difíceis de degradar, contêm produtos químicos que podem contaminar o solo e a água, que agravam ainda mais o problema ambiental, e

liberam microplásticos capazes de atingir o corpo humano, afirma o Pnuma.

Depois das bitucas de cigarro, os demais resíduos plásticos que são mais comuns de serem encontrados na natureza são: embalagens de alimentos, garrafas plásticas descartáveis, tampas de garrafas, sacolas de supermercado, canudos e sacolas plásticas.

Fonte: <https://tinyurl.com/5cjbyz3b>

1. "As bitucas de cigarro são difíceis de degradar."

O trecho acima retirado do texto possui erro de concordância verbal, visto que o verbo deveria concordar com o substantivo "cigarro".

2. "Um projeto do governo do Reino Unido para limpar bitucas de cigarro, que envolveu mais de 500 voluntários, constatou que, após a limpeza, "as bitucas de cigarro eram os itens plásticos mais numerosos, seguidas por tampas de bebidas e embalagens de alimentos".

No trecho acima do texto, há o emprego de exatamente uma palavra sem a acentuação correta nos termos da Norma Culta da Língua Portuguesa.

3. Infere-se do texto que a produção de garrafas plásticas descartáveis é a principal fonte de poluição plástica, sendo os resíduos mais comuns no meio ambiente.

4. O termo "microplástico", amplamente empregado ao longo do texto, possui erro de ortografia nos termos na Norma Culta da Língua Portuguesa.

5. Depreende-se do texto que as bitucas de cigarro são o tipo de resíduo plástico de uso único que existe em maior quantidade.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 6 a 10.

Mais do que a expectativa de vida, você deveria se preocupar com a sua expectativa de saúde mental

(Texto adaptado com fins didáticos).

Minha mãe tem 94 anos. Certamente, ela já ultrapassou, em muito, o tempo de vida de seus pais e de seus avós. A cada ano que passa, lemos que o mundo está envelhecendo aceleradamente e os responsáveis por isso são o crescente corpo de pesquisas na área da longevidade, as novas tecnologias na área médica e o avanço constante do saneamento básico e das disciplinas da área da saúde.

A ideia da Medicina sempre foi possibilitar a pessoas como a minha mãe que pudessem viver mais, livres de doenças que afetam o corpo; ou seja, o objetivo era

alargar o período de saúde.

Será que, mais do que nos preocupar apenas com número médio de anos que esperamos viver, não deveríamos estar atentos à nossa expectativa de saúde mental? Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que mais de 1 bilhão de pessoas conviva com os mais variados transtornos mentais e uso de substâncias (de álcool às drogas potentes).

É o que as evidências têm nos mostrado é que pessoas com transtornos mentais vivem menos. Ou seja, uma saúde mental comprometida pode nos tirar anos de vida. Mais do que isso, um transtorno mental não tratado transforma-se em um fardo e mesmo em sofrimento não só para aquela pessoa, mas para aqueles que vivem no entorno dela, o que também pode lhes roubar anos de vida.

Muitos problemas de saúde mental, como é o caso, por exemplo, de depressões graves, são altamente incapacitantes. Isso significa que, se não tratadas, essas condições não permitem àqueles que vivem com esses transtornos aproveitar a vida em toda a sua capacidade.

Por ser médico, lógico, pude acompanhar a saúde física da minha mãe muito de perto. Mas eu credito a sua longevidade à saúde mental dela. Ela faz a sua fisioterapia todos os dias, reserva um tempinho diário para cuidar de suas plantas, fiscaliza as minhas redes sociais, lê as suas revistas e jornais e está sempre cercada pelos filhos, netos e agora bisnetos.

Penso que esses cuidados de minha mãe para com ela mesma são responsáveis por ela ter tido, ao longo dos anos, uma vida plena.

Por isso, nesta semana em que se celebra o Dia Mundial da Saúde Mental, dia 10 de outubro, faço o convite para que, se você está se sentindo estranho, desanimado, sem energia, sem vontade de acordar, bebendo além do razoável, dormindo mal, fazendo uso de remédios para dormir ou de drogas psicoativas, que busque um profissional de saúde. Problemas de saúde mental, gosto sempre de reforçar, quando tratados, equivalem à boa saúde mental.

Faço também o convite para que cada um volte o olhar a si mesmo e busque descobrir que mudanças no seu estilo de vida o levariam a melhorar a sua saúde mental nem que seja um pouquinho. Cada um terá o seu termômetro. É sempre bom lembrar: qualquer mudança é um tijolo a mais na construção de uma saúde mental melhor.

Fonte: <https://tinyurl.com/4v57vvy5>

6. "Muitos problemas de saúde mental, como é o caso, por exemplo, de depressões graves, são altamente incapacitantes."

É correto o uso das vírgulas no trecho acima, apesar de separar o sujeito do predicado da oração.

7. De acordo com o texto, a única recomendação para melhorar a saúde mental é procurar um profissional quando se sente desanimado ou com outros sintomas.

8. "Mas eu credito a sua longevidade à saúde mental dela."

É correto afirmar que há erro na ortografia de pelo menos um termo no trecho acima.

9. Infere-se do texto que a longevidade de uma pessoa está diretamente relacionada não apenas à sua saúde física, mas também à sua saúde mental.

10. "Muitos problemas de saúde mental, como é o caso, por exemplo, de depressões graves, são altamente incapacitantes".

É correto afirmar que existem dois termos no trecho acima com a concordância nominal inadequada nos termos da Norma Culta da Língua Portuguesa.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 11 a 15.

Uma equipe de marketing de uma empresa está organizando uma campanha promocional e precisa criar e compartilhar diversos documentos e planilhas com dados de orçamento, cronograma e estratégias de comunicação. O gerente de marketing usa o Google Documentos para criar um relatório detalhado sobre a campanha, descrevendo as metas, os canais de divulgação e os recursos necessários. Ele compartilha o documento com a equipe, permitindo que todos façam comentários e sugestões em tempo real. Para controlar o orçamento da campanha, o gerente cria uma planilha no Google Planilhas. Nessa planilha, são listados os custos estimados para cada etapa da campanha, permitindo que a equipe financeira faça ajustes conforme necessário. A equipe pode acessar e atualizar as informações remotamente. Como o departamento financeiro prefere trabalhar no Microsoft Excel, a planilha do Google Planilhas é exportada para o formato Excel, para que os analistas possam usar funções avançadas de análise de dados e cálculos mais complexos, como projeções financeiras. A equipe de criação utiliza o Microsoft Word para gerar um documento formal, que será enviado para parceiros comerciais. O documento contém a apresentação oficial da campanha, com layout e formatação padronizados, sendo ideal para a impressão e assinatura.

Considerando o contexto apresentado, julgue os itens a seguir:

11. A equipe pretende inserir uma marca d'água no documento formal, o que pode ser feito no Microsoft Word acessando a aba "Design", clicando em "Marca d'água" e selecionando uma das opções pré-definidas ou personalizando o texto ou imagem da marca d'água conforme necessário.

12. No Microsoft Word, a equipe pode utilizar o recurso "Sumário Automático", clicando na aba "Referências" e, em seguida, selecionando "Sumário". Esse recurso gera automaticamente um índice com base nos títulos e subtítulos do documento, permitindo que a equipe navegue facilmente por seções longas e complexas.

13. A equipe pode adicionar uma marca d'água no Google Documentos acessando a opção "Marca d'água", no menu "Arquivo".

14. No Microsoft Excel, a equipe pode criar gráficos de barras para representar visualmente os dados financeiros da campanha, selecionando os dados desejados, clicando na aba "Referências" e, em seguida, escolhendo a opção "Gráfico de Barras". Após gerar o gráfico, é possível personalizar o layout, cores e rótulos diretamente nas ferramentas de design do gráfico, tornando a apresentação dos dados mais clara e visualmente atraente.

15. No Google Planilhas, a equipe pode utilizar a função "Compartilhar" clicando no botão azul "Compartilhar", no canto superior direito. Após inserir os e-mails dos colaboradores, é possível definir as permissões, permitindo que eles visualizem, comentem ou editem a planilha em tempo real.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 16 a 20.

Uma equipe de TI de uma empresa está implementando novas medidas de segurança cibernética para proteger os dados corporativos e garantir que todos os sistemas operacionais estejam atualizados e seguros. O administrador de sistemas utiliza o Sistema Operacional Windows para gerenciar os servidores e dispositivos, aplicando atualizações de segurança regulares e configurando políticas de firewall. Além disso, ele define procedimentos de backup automáticos utilizando ferramentas específicas para garantir a recuperação rápida em caso de falhas ou ataques de vírus. Para conscientizar os funcionários, a equipe de TI cria um guia sobre Segurança na Internet, detalhando as melhores práticas de uso de senhas fortes, navegação segura e reconhecimento de phishing. A equipe também garante a instalação de um software antivírus em todas as máquinas, configurando varreduras automáticas para detecção de Vírus e ameaças.

16. A equipe de TI pode garantir a Segurança na Internet desativando todos os firewalls do sistema para permitir uma navegação mais fluida e sem bloqueios de páginas, sem comprometer a segurança dos dispositivos.

17. O guia de Segurança na Internet criado pela equipe de TI pode incluir o uso de senhas fortes, recomendando o uso de caracteres especiais, letras maiúsculas e minúsculas, além de uma extensão mínima de 8 caracteres.

18. O administrador de sistemas pode configurar políticas de firewall no Windows acessando o "Painel de Controle", selecionando "Firewall do Windows" e definindo regras para o tráfego de entrada e saída.

19. A equipe de TI pode configurar o antivírus para realizar varreduras automáticas diárias, acessando as configurações do software e habilitando a opção de "Escaneamento cíclico" em ciclos fixados previamente pelo software, clicando na opção "de hora em hora" garantindo que o sistema esteja protegido contra novas ameaças.

20. O administrador pode configurar backups automáticos no Windows acessando o "Painel de Controle" > "Sistema e Segurança" > "Backup e Restauração", permitindo que os dados sejam salvos regularmente em um local seguro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 25.

Durante uma operação policial em uma cidade conhecida por ser ponto de atuação de uma grande organização criminosa, agentes de diferentes forças de segurança foram mobilizados para investigar crimes relacionados ao tráfico de drogas e à violência doméstica. A operação começou ao amanhecer e resultou em diversas prisões. Entre os detidos estavam alguns líderes locais do tráfico, reincidentes em crimes graves. Durante os interrogatórios, surgiram relatos de abuso de autoridade por parte de alguns agentes, com acusações de tortura. Entre as pessoas presas, uma mulher relatou anos de violência doméstica sofrida nas mãos de seu companheiro, um dos detidos. As tensões aumentaram quando alguns detidos tentaram resistir à prisão, resultando em confrontos físicos.

21. A tortura, além de ser uma violação grave dos direitos humanos, é tratada com extrema severidade pela legislação brasileira. Devido à sua brutalidade e ao impacto sobre a dignidade humana, a prática de tortura é classificada como crime hediondo e inafiançável pela legislação brasileira.

22. O homicídio qualificado, por ser cometido com circunstâncias que agravam a conduta, como crueldade ou motivo torpe, é considerado uma das mais graves infrações no Código Penal. Diante de sua brutalidade, o homicídio qualificado é classificado como crime hediondo pela legislação brasileira.

23. O porte de drogas para consumo próprio não é considerado crime, mas sim uma infração administrativa. Essa conduta, de acordo com a legislação vigente, não resulta em prisão, mas pode gerar outras sanções, como advertência, prestação de serviços à comunidade, ou até mesmo a participação em programas educativos. A intenção da lei é tratar o usuário de drogas como alguém que necessita de tratamento, e não como um criminoso.

24. A formação de uma organização criminosa exige a participação de, no mínimo, quatro pessoas, conforme estabelece a legislação brasileira, que visa combater o crime organizado de forma eficaz e rigorosa.

25. O abuso de autoridade se configura quando um agente público submete um preso a tratamento cruel ou degradante, mesmo que sob alegação de manutenção da ordem.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 26 a 30.

Em uma região isolada da Amazônia, diversas irregularidades começaram a ser investigadas após denúncias de atividades ilegais envolvendo desmatamento, violência doméstica e exploração de menores em áreas rurais. Uma grande operação foi realizada pelo IBAMA em parceria com as polícias local e federal, utilizando drones para monitoramento aéreo e mapear as estradas clandestinas que estavam sendo abertas ilegalmente em uma área de proteção ambiental. Durante a operação, também surgiram relatos de que algumas famílias locais estavam utilizando crianças e adolescentes em atividades de trabalho na lavoura, contrariando a legislação. Além disso, houve indícios de destruição de provas por parte de um agente público envolvido na investigação ambiental.

Paralelamente, um caso de violência doméstica emergiu em uma das comunidades, onde uma mulher denunciou o marido por agressão física e psicológica. Medidas de proteção foram rapidamente aplicadas com base na Lei Maria da Penha. As investigações também revelaram a presença de grupos que praticavam atos de violência

extrema contra comunidades indígenas, com evidências de genocídio. A operação teve grande repercussão, abrangendo desde questões ambientais até crimes graves contra os direitos humanos.

26. Em uma área de proteção ambiental, uma empresa iniciou a construção de uma estrada para facilitar o acesso a um novo empreendimento, sem obter a licença ambiental necessária. Durante uma fiscalização, foram encontradas evidências de desmatamento e danos à fauna local, gerando discussões sobre a legalidade do projeto. A construção de estradas ou quaisquer alterações em áreas de proteção ambiental sem autorização constitui crime ambiental, mesmo que seja destinada a um empreendimento de interesse econômico.

27. A destruição de provas por parte de um agente público durante uma investigação ambiental não caracteriza abuso de autoridade.

28. O genocídio, que consiste em atos de extermínio deliberado de um grupo étnico, religioso ou nacional, é considerado uma das mais graves violações dos direitos humanos. Dada a brutalidade e o impacto devastador desse crime, ele é classificado como hediondo pela legislação brasileira, o que impõe penalidades mais severas e impede a concessão de benefícios como fiança, indulto ou anistia.

29. A Lei Maria da Penha prevê medidas protetivas de urgência que podem ser aplicadas logo após a denúncia de violência doméstica, como o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato com a vítima e a restrição de aproximação, visando garantir a segurança da mulher antes mesmo da conclusão de investigações mais detalhadas.

30. Crianças e adolescentes podem exercer alguma função em atividades de trabalho em áreas rurais, desde que seja no contexto familiar.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 31 a 35.

Em uma grande operação organizada pela guarda municipal em uma movimentada avenida de uma metrópole, os agentes realizaram uma blitz para coibir infrações de trânsito e garantir a segurança pública. Durante a ação, diversos motoristas foram flagrados dirigindo sob o efeito de álcool, o que gerou uma série de autuações por infração gravíssima, conforme o Código de Trânsito Brasileiro. Além disso, vários condutores estavam sem habilitação ou com documentos vencidos, levando à apreensão de veículos e à suspensão de carteiras de habilitação.

Um dos motoristas, em estado visivelmente alterado, tentou subornar os agentes, enquanto outros ofereceram resistência à prisão, alegando que não havia flagrante delito, o que levantou questões sobre o abuso de autoridade. Durante a operação, a guarda também identificou um grupo de três indivíduos que estava cometendo furtos em diferentes regiões da cidade, mas, devido ao número reduzido de participantes, ainda não se encaixava nos critérios legais para ser considerado uma organização criminosa.

Em paralelo, foi aberta uma investigação sobre relatos de que um agente público envolvido em uma outra operação teria submetido um suspeito a intenso sofrimento físico para obter uma confissão, gerando denúncias de prática de tortura. A ação da guarda municipal, embora tensa, foi conduzida de forma a respeitar os direitos dos envolvidos, dentro de sua competência de fiscalização no trânsito e atuação em crimes de menor potencial ofensivo.

31. Submeter um suspeito a intenso sofrimento físico para obter confissão não caracteriza crime de tortura.

32. Dirigir sob a influência de álcool é uma das condutas mais perigosas no trânsito, representando um grave risco tanto para o condutor quanto para os demais usuários da via. O Código de Trânsito Brasileiro trata essa infração com máxima severidade, classificando-a como infração gravíssima, punida com multa elevada, suspensão do direito de dirigir, apreensão do veículo e, em alguns casos, até mesmo prisão, dependendo do nível de álcool constatado no organismo do condutor.

33. Durante a operação realizada pela guarda municipal, foi aberto um inquérito para investigar a denúncia de que um agente público teria submetido um suspeito a intenso sofrimento físico para obter uma confissão. De acordo com a legislação brasileira, submeter alguém a sofrimento físico ou mental para obter informações ou confissões é classificado como crime de tortura, mesmo que a situação envolva a necessidade de esclarecimento de um crime.

34. O abuso de autoridade ocorre quando um agente público realiza prisões sem ordem judicial ou flagrante delito.

35. As guardas municipais têm competência para atuar na fiscalização do trânsito nas cidades.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 36 a 40.

Em uma pequena comunidade ribeirinha, casos de violência doméstica e atividades criminosas chamaram a atenção das autoridades, gerando uma série de

investigações. Uma mulher, após anos de tentativas frustradas de denunciar as agressões constantes de seu marido — um homem conhecido na região por seu histórico violento — finalmente conseguiu obter uma medida protetiva de urgência com base na Lei Maria da Penha. O agressor, que já havia sido flagrado em situações anteriores, foi preso em flagrante durante uma das agressões.

Além disso, as investigações revelaram que o mesmo homem estava envolvido em outras atividades criminosas graves, como o sequestro de pessoas para exigir resgates, um crime hediondo segundo a legislação brasileira. Paralelamente, as autoridades descobriram que ele também participava de uma rede de tráfico de drogas que utilizava menores de idade para transportar entorpecentes entre diferentes comunidades ribeirinhas. A Lei de Drogas, que considera o tráfico um crime inafiançável, foi aplicada, e os adolescentes envolvidos foram encaminhados para medidas socioeducativas, incluindo a internação.

Durante a investigação ambiental, as autoridades constataram ainda que ele participava de atividades ilegais de pesca com explosivos, uma prática proibida e considerada crime ambiental, especialmente em rios protegidos pela legislação. A operação, que inicialmente se concentrou na violência doméstica, acabou desvendando uma rede complexa de crimes envolvendo tráfico, exploração de menores e graves danos ambientais, impactando toda a comunidade local.

36. A participação de menores de idade no tráfico de drogas é considerada crime grave e punível com internação.

37. A pesca com explosivos em rios e lagos protegidos é considerada crime ambiental, punível com reclusão.

38. O tráfico de drogas é considerado uma das práticas criminosas mais graves no Brasil, não apenas por seu impacto na saúde pública, mas também pelos vínculos com o crime organizado. Dado seu potencial de destruição social, o tráfico de drogas é tratado com rigor pela Lei de Drogas, sendo classificado como crime inafiançável, ou seja, o autor do delito não pode ser liberado mediante pagamento de fiança durante o processo penal.

39. O sequestro de pessoas, especialmente quando envolve violência, pedido de resgate ou privação de liberdade prolongada, é considerado um dos crimes mais graves no Brasil. Dada a sua natureza de extrema crueldade e o impacto psicológico sobre a vítima e sua família, o sequestro é enquadrado na legislação como crime hediondo, sujeito a punições mais rigorosas, incluindo penas mais longas e restrições de benefícios penais, como a progressão de regime.

40. A Lei Maria da Penha também garante que, em casos de flagrante de violência doméstica, o agressor pode ser preso imediatamente, sem necessidade de autorização judicial prévia, assegurando a proteção imediata da vítima e interrompendo a situação de risco.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 41 a 44.

Nas rodovias que atravessam uma região de fronteira com forte presença de atividades ilegais, a Polícia Rodoviária Federal intensificou a fiscalização de caminhões após receber denúncias de transporte clandestino de madeira e outras práticas ilícitas. Durante uma das operações, um caminhoneiro foi parado por estar dirigindo com a habilitação vencida, o que, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, configura uma infração gravíssima. Ao inspecionar a carga, os agentes constataram que o veículo estava transportando madeira extraída ilegalmente de uma área de preservação ambiental, sem a documentação necessária para autorizar o transporte.

Durante a abordagem, o motorista tentou fugir, mas foi rapidamente detido e o caminhão, juntamente com a carga, foi apreendido. No entanto, surgiram discussões sobre a legalidade da apreensão, já que o motorista alegou que o veículo havia sido apreendido de maneira irregular. Paralelamente, as investigações sobre o transporte ilegal de madeira também revelaram a possível participação de uma organização criminosa envolvida em esquemas de contrabando. Com a autorização judicial, a polícia utilizou escutas telefônicas para monitorar as comunicações dos envolvidos e desmantelar a operação criminosa.

A ação conjunta reforçou a importância de operações coordenadas para combater crimes ambientais e suas conexões com outras atividades ilícitas nas regiões de fronteira, garantindo que a lei seja aplicada de forma rigorosa.

41. Em uma fiscalização de rotina, um caminhão foi interceptado transportando madeira sem os documentos de licença obrigatórios para produtos de origem florestal. O motorista alegou que a madeira havia sido extraída em uma área de sua propriedade, mas não apresentou nenhuma autorização ambiental para comprovar a legalidade do transporte. A legislação brasileira considera o transporte de madeira extraída ilegalmente um crime ambiental, mesmo quando o transportador alega propriedade privada da área de origem.

42. Durante uma blitz, um agente público decidiu apreender o veículo de um motorista que se recusou a apresentar seus documentos, apesar de não haver qualquer irregularidade aparente no carro. Sem uma justificativa legal para a apreensão e sem observar os procedimentos estabelecidos, o agente utilizou sua autoridade de maneira arbitrária. De acordo com a legislação brasileira, a apreensão de bens sem previsão legal constitui abuso de autoridade.

43. Conduzir um veículo com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vencida pode comprometer a segurança no trânsito, e o Código de Trânsito Brasileiro classifica essa infração como gravíssima após um período de tolerância. Assim, o condutor tem até 30 dias após o vencimento da habilitação para regularizá-la. Apenas depois desse prazo, conduzir com a habilitação vencida passa a ser considerado uma infração gravíssima, sujeita a penalidades severas.

44. A Lei de Organizações Criminosas prevê a utilização de escutas telefônicas com autorização judicial durante investigações.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 45 a 49.

O cargo de administrador público é de suma importância para garantir o funcionamento eficaz e transparente da máquina administrativa. Imagine o seguinte cenário: durante uma auditoria interna em uma prefeitura, foram detectadas irregularidades no uso de bens públicos, como veículos e imóveis que estavam sendo utilizados para fins pessoais por alguns servidores. Além disso, verificou-se que informações sensíveis de cidadãos estavam sendo compartilhadas sem os devidos cuidados exigidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comprometendo a privacidade dos dados. Diante dessas infrações, foram abertos processos administrativos disciplinares para investigar os responsáveis, e a administração municipal teve que lidar com a responsabilidade civil, criminal e administrativa decorrente das condutas inadequadas de seus servidores. O caso chamou atenção pela quantidade de falhas detectadas, o que evidenciou a necessidade urgente de capacitar os servidores sobre as implicações legais de suas ações e o respeito às normas de transparência e proteção de dados.

Nesse contexto, os servidores da administração pública precisam estar atentos às consequências de seus atos, que podem gerar responsabilidades em diversas esferas e comprometer a integridade da gestão pública. Assim, torna-se essencial uma abordagem rigorosa para garantir que a administração pública siga os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, protegendo tanto os interesses públicos quanto os direitos individuais.

45. O administrador público responde apenas administrativamente por atos ilícitos que causem dano ao patrimônio público, sendo as responsabilidades civil e criminal aplicáveis apenas em situações de crimes.

46. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) não se aplica às informações pessoais tratadas pela Administração Pública, que são de livre acesso ao público em geral.

47. Segundo a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Administração Pública deve fornecer qualquer informação solicitada por um cidadão, independentemente de sua natureza, salvo exceções expressamente previstas em Lei.

48. No processo administrativo disciplinar, o servidor tem direito ao contraditório e à ampla defesa. Entretanto, não há previsão legal para a suspensão preventiva do servidor durante a investigação.

49. O uso de bens públicos para fins particulares por servidores municipais é permitido quando autorizado por superior hierárquico e em casos de necessidade excepcional.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 50 a 54.

Imagine um cenário em que, após diversas denúncias anônimas, uma grande prefeitura inicia uma sindicância para investigar irregularidades no uso de bens públicos, como veículos oficiais sendo utilizados para atividades particulares durante o horário de expediente. A sindicância, conduzida de forma rápida e eficiente, traz à tona uma série de provas que indicam o envolvimento de servidores em infrações graves, como o uso de veículos para viagens pessoais e o fornecimento de informações sigilosas sem autorização. A investigação preliminar, ainda que simplificada, aponta para a necessidade de abertura de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) para garantir que os servidores envolvidos respondam formalmente por suas ações.

Com a abertura dos PADs, o objetivo agora é garantir o devido processo legal, permitindo que os servidores tenham direito à defesa e que todas as provas sejam cuidadosamente avaliadas. Enquanto os processos estão em andamento, a administração reforça a importância de seguir rigorosamente as normas de uso de bens públicos e de respeitar as diretrizes da Lei de Acesso à Informação e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Este episódio acende um alerta dentro da prefeitura, evidenciando a necessidade de fiscalização constante para garantir que os bens públicos sejam usados exclusivamente para o interesse coletivo e que os servidores públicos atuem com transparência e responsabilidade.

50. A proteção dos dados pessoais de cidadãos brasileiros pela Administração Pública é limitada às informações sensíveis, como origem racial e opiniões políticas, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados.

51. A sindicância é um procedimento investigativo que sempre culmina em um processo administrativo disciplinar, caso seja identificada uma irregularidade.

52. Nos processos administrativos disciplinares, as penas aplicáveis variam de advertência à demissão, podendo incluir suspensão, conforme a gravidade da infração.

53. A alienação de bens públicos só pode ocorrer mediante licitação, exceto nos casos previstos em Lei, como a doação a entidades sem fins lucrativos.

54. O servidor público pode ser responsabilizado por atos de improbidade administrativa, mesmo após o término de seu mandato ou contrato com a Administração Pública.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 55 a 59.

João, um servidor público que sempre teve uma carreira exemplar, foi recentemente nomeado para uma posição de destaque na prefeitura de sua cidade, onde se tornou o responsável pela supervisão dos contratos públicos. A tarefa era de grande responsabilidade, já que ele lidaria diretamente com empresas interessadas em fornecer produtos e serviços ao governo. No entanto, ao assumir o cargo, João começou a ser alvo de abordagens insistentes de representantes de diversas empresas, todas elas interessadas em garantir contratos lucrativos com a prefeitura.

Certo dia, durante uma reunião informal, João foi presenteado por uma dessas empresas com um item de alto valor, o que, apesar de parecer inofensivo à primeira vista, despertou questionamentos éticos. Pouco tempo depois, João, desconsiderando os procedimentos legais exigidos, assinou um contrato milionário com essa mesma empresa, sem realizar o processo licitatório obrigatório. A decisão gerou murmúrios dentro da administração pública, já que o processo licitatório é essencial para garantir a igualdade de condições e a transparência nas contratações públicas. O comportamento de João colocou em risco sua reputação e abriu margem para uma investigação que poderia implicá-lo em atos de improbidade administrativa.

55. A assinatura de um contrato sem licitação, mesmo em casos de urgência, caracteriza crime contra a administração pública.

56. João pode ser responsabilizado civil e criminalmente pela assinatura de contratos sem licitação, além de responder administrativamente.

57. A aceitação de presentes por parte de João, servidor público, é permitida se o presente não interferir em sua decisão administrativa.

58. A contagem dos prazos processuais administrativos segue os mesmos critérios da contagem de prazos processuais penais.

59. O servidor público pode ser demitido por atos de improbidade administrativa, independentemente da ocorrência de dano ao erário.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 60 a 64.

Carlos, um servidor público conhecido por sua longa carreira em um importante órgão estadual, sempre manteve uma boa reputação entre seus colegas. No entanto, um comportamento que ele mantinha discretamente acabou chamando a atenção: Carlos frequentemente utilizava os veículos oficiais para fins pessoais, incluindo viagens familiares nos finais de semana e até mesmo visitas a parentes em cidades vizinhas. Por algum tempo, ele conseguiu realizar essas atividades sem ser notado, aproveitando o fato de que o controle de uso dos veículos não era rigoroso.

Porém, uma investigação interna foi aberta após uma denúncia anônima. Durante essa apuração, ficou evidente que Carlos estava utilizando os carros do órgão fora do expediente, sem qualquer autorização oficial ou registro de uso. A descoberta gerou grande repercussão dentro do órgão, já que o uso indevido de bens públicos é uma grave infração. Agora, Carlos enfrenta um processo disciplinar que pode resultar em penalidades severas, incluindo a suspensão ou até a demissão do cargo, além de possíveis implicações legais por abuso de recursos públicos.

60. Se não houver dano ao patrimônio público, Carlos não poderá ser responsabilizado criminalmente pelo uso indevido dos veículos.

61. O uso de veículos oficiais por Carlos para fins pessoais caracteriza improbidade administrativa.

62. A prescrição para a aplicação de sanções administrativas a servidores públicos é de 5 anos, salvo em casos de enriquecimento ilícito.

63. Mesmo que Carlos utilize o veículo fora do expediente, desde que seja devolvido sem dano, não há crime contra a administração pública.

64. O ato de usar um bem público sem autorização configura desvio de função, podendo resultar em processo administrativo disciplinar.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 65 a 70.

Ana, uma funcionária experiente de uma repartição pública, era conhecida por sua dedicação e detalhismo no trabalho. Ela sempre foi uma das principais responsáveis pelo controle de documentos importantes relacionados a processos administrativos em andamento. No entanto, o que parecia ser um comportamento zeloso logo se transformou em motivo de preocupação para seus colegas e superiores. Ana começou a reter indevidamente documentos importantes, sem qualquer justificativa plausível, e se recusava a compartilhar informações essenciais para o andamento de vários processos.

Com o tempo, sua atitude provocou a paralisação de diversas atividades dentro da repartição, prejudicando diretamente a prestação de serviços públicos que dependiam da finalização desses processos. Setores inteiros ficaram estagnados, enquanto os colegas de Ana tentavam, sem sucesso, acessar os documentos bloqueados por ela. O comportamento de Ana gerou uma investigação interna, que apontou que suas ações iam além de uma simples falha administrativa: sua retenção intencional de documentos causou prejuízos à administração e à eficiência do serviço público. Agora, Ana enfrenta acusações que podem levá-la a responder por suas ações, com possíveis sanções disciplinares e administrativas.

65. Para que Ana seja responsabilizada criminalmente, é necessário que o prejuízo causado à administração seja comprovado por meio de laudo técnico.

66. Se Ana for condenada criminalmente, poderá perder o cargo público, mas isso dependerá da decisão do juiz, que poderá aplicar penas alternativas.

67. A contagem de prazo para prescrição de crimes contra a administração pública começa a partir da data em que o ato ilícito é praticado.

68. A retenção indevida de documentos por Ana configura crime contra a administração pública, independentemente do impacto sobre o serviço.

69. A penalidade de demissão só pode ser aplicada a Ana após o devido processo administrativo disciplinar, com garantia de ampla defesa e contraditório.

70. A pena para o crime de prevaricação, cometido por Ana, é de reclusão de 1 a 4 anos, conforme previsto no Código Penal.

Não destacar. Folha para rascunho.

Não destacar. Folha para rascunho.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

RAASCUNHO